

O PARFOR E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO DOCENTE EM MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE-RJ

Jacqueline de Oliveira Duarte Ferreira, UERJ
jacquelineferreira33@hotmail.com

Lucilia Augusta Lino, UERJ
prof.lucilia.uerj@gmail.com

Este trabalho, parte do projeto de pesquisa para elaboração de dissertação de Mestrado, que tem como objetivo investigar o impacto do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) na formação e no trabalho dos professores egressos que atuam em municípios da Baixada Fluminense. Esta investigação integra a Linha de Pesquisa Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas, do Programa de Pós-Graduação em Educação “Processos Formativos e Desigualdades Sociais” da Faculdade de Formação de Professores da UERJ (PPGEDU/FFP/UERJ). A pesquisa, que tem como locus o Instituto Multidisciplinar, campus da UFRRJ em Nova Iguaçu, visa identificar a real interferência desta política educacional no fazer pedagógico dos profissionais, em sua práxis cotidiana no espaço escolar com crianças e jovens das classes populares. Nossa questão é se o PARFOR colaborou na ressignificação da prática docente desses egressos, e de que forma isso ocorreu.

A DISCUSSÃO

Uma das funções da formação é a possibilidade do professor ressignificar a prática profissional, sendo que esta se expressa em diferentes óticas e narrativas, inclusive na mudança de comportamentos e atitudes no ambiente escolar, no que tange à relação professor-aluno, nas práticas pedagógicas e no engajamento profissional.

A luta em defesa da elevação da formação dos profissionais da educação, insere-se no movimento pela valorização da carreira do magistério, que se articula à melhoria das condições de trabalho, plano de cargos e salários e a formação adequada. Esse movimento sempre esteve associado à luta mais ampla em defesa da educação pública, da ampliação do direito à educação e da democratização do acesso ao ensino superior, encampada pelos movimentos sociais desde o processo de redemocratização da sociedade brasileira, que culminou com a Constituição de 1988, pois “historicamente a relação movimentos sociais-educação tem um elemento de união, que é a questão de cidadania” (GOHN, 2012, p. 15).

Nesse sentido, a defesa da escola pública e seus profissionais, sempre esteve na pauta dos movimentos de reivindicações dos setores ligados a educação, especialmente entendidas aqui como políticas sociais.

Dentro desse contexto, as lutas e embates dos movimentos sociais foram responsáveis por repensar as especificidades presentes na educação brasileira. A partir da Lei 9.394/96, finalmente, define-se o nível superior como o padrão de qualificação para atuação docente na educação básica (BRASIL, 1996). Posteriormente, o Plano Nacional de Educação – PNE 2001-2010, estabelece metas para a oferta de cursos de formação em nível superior, reconhecendo que a formação docente era um dos maiores desafios da educação brasileira. Após uma série de recuos e poucos avanços no campo da formação, a partir de 2004, o MEC começa a delinear propostas que articulam formação e valorização profissional.

Nesse cenário, surge o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), que ofertou vagas em cursos de licenciaturas das Universidades Públicas para professores das redes públicas, sem necessidade de realizar seleção - vestibular ou ENEM – em convênio firmado com as redes de ensino, que deveriam apoiar seus professores durante o curso. As Universidades parceiras, ofereceriam cursos exclusivos para os professores do PARFOR ou apenas vagas em cursos já existentes, sendo a primeira licenciatura para aqueles sem formação em nível superior, ou a segunda licenciatura, para aqueles licenciados que ministravam disciplinas diferentes da sua formação inicial. Assim, o PARFOR visando reduzir desigualdades na formação docente no país de acordo com as regiões, tentou promover maior equidade no acesso e a permanência desses profissionais no ensino superior. Seu principal objetivo, basicamente, seria oferecer educação superior e gratuita aos professores da Rede pública de ensino no intuito de melhorar a qualidade da educação, dialogando com os estados e municípios sobre a formação continuada desses docentes.

O sucesso do Programa e o quantitativo de professor atendidos, de certa forma, desvelou o descaso histórico do Estado em relação a educação básica, especialmente à destinada às camadas populares e à ampliação do direito à educação, intrinsecamente articulado à qualidade da formação dos professores. Assim, o PARFOR veio suprir a carência de professores licenciados, especialmente nas regiões Norte e Nordeste e em diversos municípios afastados dos grandes centros urbanos

O atual PNE 2014-2024 aponta para a preocupação com a valorização e a formação de professores, na graduação e na pós-graduação, com metas que propõem a superação das desigualdades e o incentivo à formação. As Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de formação inicial de professores para a educação básica (Res. CNE/CP 02/2015) também

indicavam necessária articulação da formação inicial com a formação continuada e com a valorização dos profissionais da educação, e a construção de projetos formativos que contemplassem as demandas da escola básica.

Entretanto, a partir de 2016 assistimos a um recuo nas propostas de formação e a intenso e acelerado processo de desmonte das políticas educacionais até então em curso, com impactos nos programas de formação inicial e continuada, devido à reorientação política do MEC, que atinge também o PARFOR, que é reduzido e descaracterizado.

Para Oliveira (2018), vivemos em um momento de investidas neoconservadoras e ataques aos direitos sociais – com destaque para o direito à educação - ganham força a ponto de quase paralisar as reações dos movimentos sociais. Assim, nessa perspectiva crítica, lutar por políticas públicas que assegurem o direito à educação, e à formação de professores com qualidade social, torna-se urgente e necessário.

Nesse sentido, analisar, a partir dos subsídios teóricos, o programa PARFOR e sua contribuição na reflexão crítica sobre a prática pedagógica amplia nossa compreensão sobre a relação entre a formação e a construção dos saberes pelo professor. Portanto, a proposta constitui potencial reflexão sobre atitudes que dão sentido à formação docente, reconhecendo no contexto do trabalho, conhecimentos prévios, já existentes, o saber dos professores ou *saber deles* (TARDIF, 2002) indispensável à aprendizagem e mediação na transformação social, superando modelos formativos ancorados concepções conservadoras e autoritárias.

As opções metodológicas, contemplam a dimensão dos efeitos desencadeados com as ações de um “antes”, “durante” e “depois” do programa PARFOR na vida do professor e consequentemente na instituição escolar. Nesse sentido, a pesquisa mobiliza uma concepção pedagógica coletiva, reforça a colaboração e cooperação dos sujeitos, sejam eles discentes e docentes, priorizando sempre o método participativo.

CONCLUINDO

Nesse sentido, pensar nossa cidadania em momento de crescentes ataques às instituições públicas de ensino, e de pleno desmonte das políticas públicas educacionais, se reveste, na prática, em questionar os atuais rumos da educação brasileira e seus desafios. No cenário atual de pandemia, descaso com a vida e a saúde da população, destacamos o papel da professor – e da sua formação - ao promover reflexões críticas constantes sobre a humanização roubada, assim como nas indagações e reconhecimento de “uma ordem injusta que gera violência dos opressores e esta, o ser menos” (FREIRE, 2005, p. 32).

Nesse sentido, essa aproximação reflete os sujeitos sociais submetidos a um conteúdo autoritário, reforçado por uma conjuntura excludente presente nas suas formas de pensar e interpretar as reflexões teóricas que evidenciam as contradições, desigualdades sociais e a precarização do trabalho.

Buscamos trazer para a arena do debate a importância da escola pública, reconhecendo que a política do conhecimento oficial nega culturas e histórias produzidas em espaços onde o pluralismo cultural, o olhar crítico e a práxis se coadunam com a valorização da emancipação social do sujeito.

A padronização curricular para a educação básica, via BNCC, desconsiderando a diversidade de público e a realidade das escolas, e o engessamento dos cursos de formação de professores pela adequação imposta à essa mesma base, materializam autoritarismo vigente nas políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 48ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais e Educação. 8ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Educação e Militância Decolonial. 1ª ed., Rio de Janeiro: Editora Selo Novo, 2008.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.